

## CLUBE 28 DE SETEMBRO: A CIDADANIA CONQUISTADA

João Pedro Fonseca Ludovico dos Santos (IC) e Bruno César Lorencini (Orientador)

**Apoio: PIBIC CNPq**

### RESUMO

O presente artigo, por meio do método bibliográfico, objetiva demonstrar como o Clube 28 de Setembro e o Associativismo Negro Sul-Mineiro forneceram ferramentas e recursos efetivos para a conquista de direitos sociais básicos negados a população negra e marginalizada no Sul de Minas Gerais. O Clube 28 de Setembro, através de seus objetivos de educar e socializar os negros da região, exerceu um poder político inimaginável que confrontou as elites segregacionistas locais. Deste modo, o artigo, também, pretende demonstrar como o Clube 28 de Setembro garantiu e exerceu a cidadania do povo negro sul-mineiro escancarando a discriminação racial e desmistificando a idealizada democracia racial defendida pelas elites brancas que rechaçavam a cultura afrodescendente e corroboravam com a estratificação social responsável pelo impedimento da ascensão financeira e cultural dos negros em Minas Gerais. Por fim, nota-se que o artigo também tem o objetivo de recontar a história de um clube que contribuiu fortemente para a criação de políticas públicas efetivas em uma região dominada pelas práticas racistas que se adentravam das estruturas governamentais para reprimir o negro e toda a comunidade afrodescendente local.

**Palavras-chave:** Associativismo Negro. Efetivação de Direitos. Sul de Minas Gerais.

### ABSTRACT

This article, through the bibliographic method, aims to demonstrate how Clube 28 de Setembro and Associativismo Negro Sul-Mineiro provided effective tools and resources for the achievement of basic social rights denied to the black and marginalized population in the south of Minas Gerais. The 28th of September Club, through its goals of educating and socializing blacks in the region, wielded unimaginable political power that confronted local segregationist elites. In this way, the article also intends to demonstrate how the Clube 28 de Setembro guaranteed and exercised the citizenship of the black people of southern Minas Gerais, opening up racial discrimination and demystifying the idealized racial democracy defended by the white elites that rejected the Afro-descendant culture and corroborated with the social stratification responsible for impeding the financial and cultural ascension of blacks in Minas Gerais. Finally, it is noted that the article also aims to retell the history of a club that strongly contributed to the creation of effective public policies in a region dominated by racist practices that entered government structures to repress blacks and all local Afro-descendant community.

**Keywords:** Black Association. Enforcement of Rights. South of Minas Gerais

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o estudo sobre o período escravocrata aflorou de forma exorbitante e ganhou notoriedade no âmbito acadêmico brasileiro, levando ao entendimento do triste período e da criação de hipóteses sobre as diversas organizações negras que combatiam a condição imposta sobre estes grupos. Historicamente, o estado de Minas Gerais foi um dos estados brasileiros que mais recebeu africanos na condição de escravos, pelos motivos do ciclo do ouro, principal atividade econômica da época, pela qual a extração e exportação advinha da mão de obra escrava.

O estado de Minas Gerais foi importante para a exploração do ouro, logo, teve vasta influência na política do período, sendo um estado com grande poder político até os dias de hoje. O sul de Minas, especificamente, foi palco de intensas disputas com o Estado de São Paulo, devido sua produção agropecuária, de pequenas indústrias e um comércio emergente, que abastecia diversas províncias. Destarte, a produção aurífera teve sua decadência, forçando a reestruturação em massa e o desenvolvimento de outras atividades econômicas que emergiram em todo o Estado, inclusive no Sul de Minas.

Dado o dia 13 de maio de 1888, temos a abolição formal da escravatura. A abolição representa um marco de intensa luta de grupos abolicionistas, liderados por Luiz Gama e demais abolicionistas que tinham a convicção que a liberdade era um direito inerente a pessoa humana. Todavia, é cediço que o Brasil foi o último país no mundo a abolir a escravidão, além deste notório fato, nenhuma indenização ou qualquer medida de inserção social foi feita para esses negros. Deste modo, devida as condições desfavoráveis enfrentadas na conjuntura, diversos negros voltaram para as fazendas e submeteram-se em condições análogas à escravidão, e outros foram para as cidades que emergiam de forma descontrolada por conta do desenvolvimento das zonas urbanas e os conhecidos “cortiços”.

Após destrincharmos acontecimentos históricos que marcaram a história afrodescendente brasileira, chegamos ao município de Pouso Alegre, localizado no Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre, assim como os demais municípios do Brasil pós-abolição, enfrentou uma reestruturação e novas configurações econômicas, políticas e sociais. Obviamente, o município recebeu afrodescendentes na condição de escravos e, posteriormente, libertos com a abolição da escravatura, contudo, mesmos após décadas de produções historiográficas da região, observa-se como o esquecimento ideológico proposital e praticado pelas elites locais, afetou os estudos sobre a presença afrodescendente no local.

Pouso Alegre, foi um município cuja estratificação social vigorava de forma ampla, a mobilidade social era mínima e observava-se um domínio da elite local em conservar o *status quo*. O negro, que ali habitava, era impedido de ascender socialmente, a discriminação foi (e

ainda é) um empecilho pois reduzia o acesso de negros a empregos, rendas, habitação e outros bens públicos e privados. A população negra era impedida de expressar-se culturalmente e compelida a encaixar-se nos costumes impostos pela classe dominante do período.

Ademais, menciona-se que, havia uma evasão escolar entre a população em nível alarmante. Tal evasão corroborou para a mencionada estratificação social, a partir do momento que impedia o acesso da população negra em ingressar em novos postos de trabalho. Ou seja, a evasão foi um fator que atuou para assentar as relações de subordinação entre negros e brancos, fruto de uma condição herdada do período da escravatura.

No ano de 1904, observando as condições impostas a população afrodescendente da região, Isidoro da Silva Cobra (1880-1960), Mirabeau Joaquim Ludovico (1886-1982) e Casemiro Luiz de Abreu (1888-1973) em conjunto, fundaram o célebre Clube 28 de Setembro. O nome do clube é uma clara alusão a data da promulgação da Lei do Ventre Livre, Lei pela qual determinou que todas as mulheres escravizadas dariam à luz a bebês livres e representa um dos pontos principais no início da luta pela liberdade. Um dos principais motivos que levaram a criação do clube foi a ausência de espaços para manifestação da cultura popular negra, visto que, o único clube da cidade, o clube literário, era tomado pela elite branca e conservadora local que não permitia a participação de negros e daqueles que não possuíam a mesma condição financeira.

O Clube 28 de Setembro, de início, foi um importante potencializador na elevação da condição social dos negros do município de Pouso Alegre e foi responsável por desenvolver inúmeras atividades socioeducativas que instruíram toda a comunidade negra a agruparem-se e fornecerem ajuda mútua visando um objetivo em comum, que era a busca por melhores condições e a luta contra a discriminação racial, um fardo herdado pelo período mais triste da história brasileira.

Ressalta-se que, além do Clube 28 de Setembro, havia outros clubes negros no Sul de Minas Gerais com o mesmo objetivo do clube estudado neste artigo. O associativismo negro foi de extrema importância para o entendimento das formas de resistência e expressão cultural frente a discriminação racial, oferecendo ferramentas de agrupamento e acolhimento dos marginalizados.

Uma das hipóteses que esta pesquisa aborda é a de que, além de representatividade e resistência para a manifestação da cultura afrodescendente, o Clube 28 de Setembro exercia um poder político pautado na cidadania racial. Deste modo, ao promover as atividades e instruir seus frequentadores a ascender socialmente, o clube exercia uma forma de poder

político e influência para políticas públicas efetivas na construção de uma idealizada democracia racial.

O objetivo geral buscado na presente pesquisa é o de, partindo do levantamento de documentos e obras relacionadas ao Sul de Minas Gerais, compreender e ressaltar como o Clube 28 de Setembro elaborou estratégias de cidadania efetivas para a população negra de Pouso Alegre, através de suas atividades que visavam oferecer inserção social e manifestação da cultura afrodescendente como forma de identidade própria e poder político frente ao *status quo*.

## **2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO**

### **2.1. DOS ANOS INICIAIS E O FUNCIONAMENTO DO CLUBE**

A fundação do clube deu-se em 1904, em um contexto repleto de ataques direcionados da Igreja Católica às práticas que eram derivadas das religiões de descendência africana, junto da elite local (católica e financeira) que buscavam dificultar e, até mesmo impedir as, manifestações culturais afrodescendentes. Em seu artigo “Clubes negros em Minas Gerais: redes, sociabilidades e projetos políticos”, o historiador Jonatas Roque Ribeiro, de maneira sucinta, demonstrou que as elites locais em conjunto com a Igreja Católica, atacaram o associativismo negro em seu início.

A documentação do Clube 28 de Setembro aponta que, foi nessa conjuntura adversa, que um grupo formado por algumas dezenas de homens e mulheres negros fundou a associação, cujo objetivo primordial foi “criar diversões familiares e proteger a dignidade e honestidade dos seus sócios” (Ribeiro, 2016, p. 61). A questão da defesa da dignidade, por certo, estava ligada às investidas violentas da Igreja Católica contra os movimentos associativos negros em Pouso Alegre. A historiografia observou que tal processo foi comum em outras regiões de Minas Gerais, assim como em outras partes do Brasil no período (Sayão, 2015). No caso mineiro, diversas associações religiosas civis foram criadas por pessoas negras, dissociadas da Igreja, isto é, com autonomia jurídica, política e financeira, cuja finalidade era organizar e manter o culto aos seus santos de devoção, assim como realizar suas festas tradicionais, a exemplo das congadas. (RIBEIRO, 2023, p. 5)

O Clube 28 de Setembro foi, de início, uma tentativa de romper as estruturas hierárquicas predominantes no município, através de uma comunicação com a sociedade e por meio de seus jornais, o clube buscou incessantemente em expressar sua identidade. Segundo o historiador Jonatas Roque Ribeiro, em sua obra “O Clube 28 de Setembro: Sociabilidade e Resistência da Cultura Afrodescendente em Pouso Alegre”:

O clube oferecia aos seus frequentadores um variado repertório festivo, como bailes de carnaval, peças teatrais, apresentações de grupos de congadas, jantares e bailes de aniversário bem como homenagens aos seus fundadores e autoridades locais, tais práticas são consideradas culturais, pois expressam e denotam o cotidiano, os valores, as ideias, as crenças, os costumes e as relações existentes entre o clube e a cidade. (RIBEIRO, 2013, p. 16)

Os “movimentos” iniciais do Clube 28 de Setembro encontram-se expressos em um vasto estatuto. Vale mencionar uma das célebres citações presentes em um artigo, qual demonstrava o objetivo primordial do clube, pregando a “construção de um conjunto de ideias de respeitabilidade e reconhecimento racial das (e para as) pessoas negras”. De fato, os criadores do Clube possuíam e visavam construir uma política associativa, não à toa que criaram laços com diversos outros grupos em Minas Gerais e no estado de São Paulo para o acolhimento das pessoas negras.

Menciona-se que, o clube foi alvo de um direcionado esquecimento ideológico proposital, qual colaborou para o desaparecimento de atas, escritos e registros de reuniões e festividades que marcaram o Clube. Durante o período do Regime Militar, empregou-se uma estrutura pela qual os clubes negros e o associativismo negro em geral foram deslegitimados e a imprensa negra silenciada, logo, o Clube 28 de Setembro também lidou com essas circunstâncias e grande parte de sua história foi apagada em Pouso Alegre.

Uma das propostas iniciais do Clube, como constatado em seu estatuto, era a função de instruir e educar. Um dos pilares do associativismo negro, pauta-se na função exercida pela educação. Por anos, o voto ficou restrito apenas a uma parcela da sociedade brasileira, tendo a alfabetização como critério primordial para determinar quais “cidadãos” estariam aptos a exercer o poder do voto e trilhar os rumos do país.

Ressalta-se ainda que, a ideia de expressão cultural como forma de autoafirmação era algo ascendente a cada ano de existência do clube. Porém, em seus anos iniciais, a necessidade de um espaço voltado para a recreação e o cooperativismo negro foram essenciais para o desenvolvimento de futuras práticas de aproximação do Clube com as grandes massas populares e de sua difusão entre os marginalizados que encontravam-se em estado de desamparo frente os empecilhos impostos pela elite local e as práticas discriminatórias enfrentadas.

## **2.2. DA ALFABETIZAÇÃO AO PODER POLÍTICO**

Como mencionado anteriormente, o Clube 28 de Setembro além de ser espaço de convivência e expressão da cultura afrodescendente, tinha-se como objetivo registrado no estatuto, a função de instruir e alfabetizar a população negra e marginalizada de Pouso Alegre. É cediço que, durante os anos iniciais do Clube 28 de Setembro, vigorava a Constituição de 1981, qual colocava fim ao voto censitário, porém, os quesitos estabelecidos possuíam traços discriminatórios.

No texto da Constituição de 1981, mais especificamente no artigo 70, §1º, existe uma lista de condições que impedem parcela da população de serem aptas a exercer o poder do voto, entre elas, o analfabetismo era uma das condições dispostas no citado artigo do texto

constitucional de 1891. Vale mencionar que, embora a Constituição tenha determinado que não era mais necessário comprovar uma renda mínima para votar, ela impedia que mendigos pudessem ter o direito do voto.

Após citar a Constituição em vigor nos primeiros anos do Clube 28 de Setembro e as condições impostas sobre a população, percebe-se que a discriminação indireta se encontra presente e é um fator notório a partir do momento que exclui uma parcela da sociedade que é analfabeta, em especial a população negra. Em sua memorável obra “Tratado de Direito Antidiscriminatório”, o jurista Dr. Adilson José Moreira apresenta uma definição e um exemplo praticado de discriminação indireta relacionado a escolaridade:

A discriminação indireta designa uma norma ou prática institucional que tem um impacto negativo sobre um grupo vulnerável. Essa norma ou prática pode ser neutra porque a pessoa ou instituição responsável não tinha intenção de prejudicar um grupo específico. Entretanto, ela pode ser apenas aparentemente neutra porque, na verdade, encobre um interesse de uma pessoa ou instituição em discriminar certo grupo de indivíduos. Esse tipo de discriminação está marcado então pela ausência de um elemento central da discriminação direta: a intenção explícita de discriminar alguém. Uma norma pode ser plenamente adequada porque busca fins legítimos, mas ela pode ser formulada de forma a impedir que grupos de pessoas tenham acesso a algum tipo de oportunidade ou recurso. O conceito de discriminação indireta deve reconhecer que uma norma pode utilizar um elemento aparentemente neutro, mas que opera como um elemento para atingir grupos específicos. (MOREIRA, 2020, p. 401-402)

Como mencionado, o Brasil aboliu a escravatura apenas em 1888, destarte, após um imenso período de trabalho escravo, os negros foram privados de receber qualquer tipo de educação, bem como eram expressamente proibidos de estudar ou adentrar em ambientes julgados como acadêmicos. Desse modo, é evidente que a taxa analfabetismo entre negros é vultoso e alarmante perante a norma, assim, constata-se que a comunidade negra estava pária em relação aos demais, sendo impedidos de votarem e escassos de representação política perante as estruturas governamentais.

Ao fundar o Clube 28 de Setembro, os fundadores instituíram a educação como uma premissa necessária e como um dos objetivos centrais. Para os primeiros associados ao Clube, a educação era uma forma de garantia do exercício da cidadania plena e uma reivindicação necessária para a ascensão econômica e social. Tem-se que, o associativismo negro sul-mineiro prezava pela educação, através de ações educativas, como a alfabetização, havia uma busca pelo combate contra o preconceito racial e a iniciativa de elevar as expressões culturais da população afrodescendente.

O alfaiate e um dos fundadores do Clube 28 de Setembro, Casemiro de Abreu, publicava diversas notas em jornais locais em Pouso Alegre. No conteúdo de suas notas, ele expunha o pensamento dele e dos demais membros do Clube 28 de Setembro a respeito da educação, qual observavam que o ato de educar era uma premissa essencial para a ascensão

econômica e social. Um dos fundadores e tido como o “mais intelectual”, Mirabeau Ludovico, afirmava que o analfabetismo era uma mancha que envergonhava a nação, em diversos textos publicados no jornal 28 de Setembro, Mirabeau ressaltava o dever dos alfabetizados em auxiliar na instrução dos analfabetos, pois, segundo o próprio, somente assim a população negra iria se livrar da alienação e da subordinação.

Em outros textos publicados por membros do Clube, problemas graves rondavam a população jovem de Pouso Alegre, entre elas a evasão escolar das crianças e a falta de escolas era um ponto pelo qual as políticas governamentais estavam em mora com a sociedade, falhando em fornecer preceitos básicos de uma sociedade justa e idealizada pelas pessoas letradas e conscientes do período. Para os membros do grupo, o Poder Público tinha o dever de fornecer escolas e materiais didáticos necessários para a instrução das crianças e adolescentes do município, porém, como mencionado, a evasão escolar expunha como as políticas eram fracas e chulas.

Como ressaltado, o Clube 28 de Setembro tinha um compromisso com a educação e uma luta contra a analfabetização de seus participantes. Os membros associados ao Clube por anos reivindicaram espaços para que a educação pudesse ser ofertada a seus participantes, até que os mesmos “homens de cor” instituíram um curso de alfabetização com o propósito de instruir seus participantes e colocar em prática a ideia tida como “utópica” de erradicar o analfabetismo.

Primordialmente, insta salientar que, não se tratava de uma escola propriamente dita, e sim um curso de alfabetização pelo qual o Clube 28 de Setembro se propunha a ofertar uma instrução digna a seus membros. A “escola de alfabetização” se propunha a alfabetizar seus sócios não alfabetizados, logo, percebe-se que um dos pressupostos constitucionais necessários para o voto estava sendo exercido: a alfabetização.

Em novas menções sobre a escola de alfabetização na década de 1930, encontradas em atas do Clube, identificou-se a busca incessante de subsídios e manutenção do Estado, para evitar um eminente fechamento desse curso. Ao consultar as atas do Clube, identificou-se que houve uma sessão solene em homenagem ao então Deputado João Tavares Correa Beraldo, pelos seus auxílios na concessão da abertura da escola no interior do clube e, na ata, é possível identificar que o motivo de tal homenagem é pelo fato da licença adquirida pelo Clube para manter em suas dependências uma escola reconhecida e subsidiada pelo Estado.

A ideia de instruir negros e ofertá-los a experiência de receber uma educação digna é algo inimaginável atualmente, deve-se levar em conta a existência de outros espaços regulares que dispunham de materiais didáticos para auxiliar na aprendizagem de jovens negros, entretanto, ao serem tomados pela discriminação racial, influenciavam na evasão

escolar. O Clube 28 possuía uma certa angústia a respeito da discriminação direta que ocorria com os jovens negros nas escolas públicas do estado e a discriminação indireta que ocorria com adultos negros analfabetos e a falta de oportunidades que era imposta sobre estes, minando qualquer possibilidade de ascensão social e, conseqüentemente econômica.

O ato de instruir e educar é uma forma de poder político que, para o período, era algo que fugia dos padrões e elevava a condição do negro(a) do município. Como citado, Mirabeau Ludovico considerava que a educação era algo necessário para combater a subordinação e a alienação, junto a isso, deve-se notar que tal ato de instrução, possibilitava a aquele povo marginalizado, o poder de exercer o voto, que culminava nas tomadas de decisões que definiriam o futuro de uma nação que eles buscavam construir. A alfabetização permitia que os negros pudessem demonstrar toda sua revolta com o preconceito racial que perdurava no período e exerciam um poder político tremendo através de reivindicações de políticas públicas efetivas e medidas institucionais necessárias para combater o preconceito de raça que era determinante na falta de oportunidades.

### **2.3. DA EXPRESSÃO CULTURAL COMO FORMA DE EXERCER CIDADANIA**

Além da mencionada alfabetização, o Clube 28 de Setembro proporcionava a seus integrantes, um espaço pelo qual eles poderiam expressar-se culturalmente. O Clube dispunha de sessões de literatura negra e música, além de concursos de beleza e outras atividades recreativas como os bailes festivos e as confraternizações de datas consideradas marcantes na história da comunidade afrodescendente brasileira.

No município de Pouso Alegre, havia um clube denominado “Clube Literário”, qual era um espaço destinado às festividades da cidade e promovia um espaço de convivência e uma espécie de estreitamento de laços entre os habitantes. O Clube Literário, todavia, era dominado pela elite branca local, qual rechaçava os costumes advindos da comunidade negra e, através de suas condições financeiras, propagavam a discriminação intencional em todo município. Destaca-se que, a entrada de negros, mesmo os considerados “cidadãos” pela Constituição do período, eram impedidos de adentrar sobre os espaços e participar de seus encontros e sessões festivas.

A elite local, com a ajuda da Arquidiocese de Pouso Alegre, impunha seus costumes sobre toda a população e instauravam um falso modelo de “superioridade a ser seguido e respeitado”, baseado em suas personalidades e vestimentas, além, claro, de suas crenças religiosas e devoções. Outro fator que é necessário pontuar sobre as elites locais era sobre seu domínio na imprensa local, qual as notícias veiculadas pelo município e demais textos ou artigos de opinião representavam seus interesses e, por vezes, publicavam claros ataques a

cultura afrodescendente e críticas a respeito de suas datas festivas, bem como incentivavam o preconceito religioso.

Observando, o cenário local e os impedimentos colocados pela elite branca local, o Clube 28 de Setembro desenvolveu seu próprio espaço de acolhimento e expressão cultural, onde seus integrantes podiam desfrutar de aulas de crochê, sessões literárias, sessões musicais e de bailes comemorativos, seja pelas datas consideradas festivas, como a data que intitula o próprio Clube, como bailes organizados na data da promulgação da Lei Áurea, responsável por abolir a escravatura em todo território brasileiro.

Foi neste mesmo cenário que o Clube 28 de Setembro criou seu jornal próprio, qual funcionava de forma quinzenária, com o propósito de publicar textos que denunciavam as práticas racistas, comunicar sobre as festividades e demais atividades do clube, bem como manter viva a memória do movimento abolicionista brasileiro, liderado por Luiz Gama, qual foi responsável pela conquista da liberdade de todos os negros. Ao mencionar o jornal instituído pelo clube, o historiador Jonatas Roque Ribeiro em sua obra “Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade, e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)”, afirma o seguinte exposto:

O título do periódico *28 de Setembro: órgão literário e noticioso dos homens de cor de Pouso Alegre*, já demarcava seus objetivos e público-alvo, ou seja, sua proposta era servir como veículo de informação agindo e favor da defesa de seu grupo. O programa quinzenário propunha informar a comunidade local sobre as atividades da associação e, em alguns momentos, assumiu também um caráter denunciativo, publicando notas contra os atos de preconceito de cor imputados a população negra local. (RIBEIRO, 2016, p. 65)

O pioneirismo sobre a denominada “imprensa negra” no sul de Minas Gerais possui um caráter político a partir do momento que os integrantes do clube criam compromisso de externar as atividades e os pensamentos que rondavam seus associados, bem como denunciar os atos de preconceito praticados contra a população negra local. Pontua-se que, nesse jornal, havia uma coluna dedicada ao movimento abolicionista brasileiro e a história de suas ilustres figuras, desse modo, ao mencionar os abolicionistas, os associados do Clube 28 de Setembro tinham a intenção de relembrar todo o caminho trilhado pela comunidade ao longo de sua história e a importância de sempre lutar contra as estruturas institucionais racistas que assolavam toda uma população durante anos.

Uma das mais honrosas iniciativas desenvolvidas pelo Clube, era voltado para as mulheres negras, que por anos, eram objetificadas e diminuídas por pensamentos errôneos e ditados populares que as rebaixavam, afetando internamente a autoestima e afirmação destas. A discriminação sofrida pelas mulheres negras é denominada *discriminação interseccional*, pelo fato delas serem discriminadas por pertencerem a dois grupos altamente discriminados pela sociedade, que no caso culminam no machismo e no racismo. No período,

uma certa dificuldade era imposta sobre a mulher negra quando a mesma tentava se autoafirmar, as mulheres negras eram impedidas de expor sua beleza pelo fato de que a sociedade brasileira valorizava apenas as mulheres brancas e todos os seus traços, vagando entre suas características físicas (cabelos lisos e pele branca), até estereótipos relacionados a sexualidade.

A citada iniciativa do clube, visava desmistificar a imagem criada no imaginário popular sobre a mulher negra e buscava elevar a sua autoestima e culminou na criação de um concurso de beleza denominado “Concurso de Beleza da Rainha 28 de Setembro”. O concurso foi uma ferramenta simbólica criada pelo clube ao promover a quebra de paradigmas impostos sobre a mulher negra, e desenvolver uma nova concepção sobre o conceito de beleza, qual ia em um caminho distinto pelo desenvolvido e imposto pelas elites brancas por toda nação.

Ao tratar sobre o mencionado concurso de beleza, levanta-se outro ponto pelo qual a expressão cultural encontra-se evidente no poder político. A Constituição de 1891, excluía as mulheres do conceito de “cidadão”, ou seja, as mesmas eram impedidas de exercer o poder do voto e criou-se outro estereótipo negativo sobre o imaginário popular, qual desprovia do sexo feminino, a autonomia de tomar decisões baseadas unicamente em sua vontade, e não na do homem.

Na organização das festas e eventos do concurso e em até outras atividades relacionadas as festividades, as mulheres tinham autonomia para decidir sobre como os eventos seriam realizados e tinham o poder de voto igual aos demais homem. Na escolha da ganhadora do concurso, a eleição era feita de forma democrática e todos os representantes do Clube deviam votar, independentemente do sexo.

Outro ponto intrínseco a atribuição da organização as mulheres do clube, diz respeito a diversidade de realidades sobre uma só atividade. A liderança exercida pelas mulheres foi de extrema importância para demonstrar que as mulheres podem ser autônomas e não necessitam da figura masculina para determinarem o que é o certo para uma coletividade. Com a ideia de liderança, as mulheres do clube tiveram a oportunidade de demonstrar a forma como interpretavam a realidade em sua volta e de que eram capazes de exercer outras atividades além das “atividades do lar”, quais eram tidas como únicas e exclusivas ao sexo feminino.

#### **2.4. A EXPRESSÃO CULTURAL E O PODER POLÍTICO**

Como mencionado anteriormente, o Clube 28 de Setembro dispunha de inúmeras datas festivas e bailes comemorativos próprios baseados em eventos marcantes do movimento abolicionista brasileiro. Todavia, além de celebrar as datas mencionadas, os

integrantes do Clube atribuíam teor político as celebrações e as tratavam como algo que transcende o campo do lazer, chegando ao campo da organização política e o exercício da cidadania.

Em todas as celebrações presentes no Clube 28 de Setembro, o teor político esteve presente e funcionou de forma única. Uma das datas que era sempre celebrada é a de 13 de maio, referente a abolição da escravidão. Aconteciam diversos eventos festivos na sede do Clube durante a data, porém, além das festividades, os integrantes atribuíam a militância e reafirmavam sua cultura ao atribuir o efeito simbólico da data a festividade, pode-se dizer que não era uma comemoração referente a uma data específica, e sim a comemoração da liberdade, a comemoração do fim de uma condição que trouxe tanta dor e revolta a um povo.

É de conhecimento que todo sistema político está embutido em uma cultura política particular, e os integrantes do Clube 28 de Setembro estavam cientes dessa relação entre ambos. Vendo a ausência de festividades relacionadas as datas comemorativas do movimento abolicionista ou até mesmo para imagens de negros que são tidos como heróis pela nação, os mesmos desenvolveram suas festividades como forma de enfrentamento da cultura imposta pela elite conservadora local do município de Pouso Alegre.

A cultura representa um conglomerado de sentimentos, ações, crenças e modos que servem de base para a fomentação de um processo político, são meios pelos quais os indivíduos articulam-se para expor denúncias ou até mesmo regras, para estabelecer uma relação única com o poder. Por vezes em outros momentos da história do Brasil, a cultura foi utilizada como uma ferramenta para nutrir sentimentos específicos de determinados grupos, ou para estimular uma atmosfera que clama por mudanças, como feito pelo próprio movimento abolicionista.

Ao desenvolver e criar bailes festivos e outros eventos relacionados as datas mencionadas, o Clube 28 de Setembro exerceu uma tentativa de criar uma identidade própria para a população negra de Pouso Alegre, e assim, através da cultura, buscar aflorar entre as comunidades, o desejo pela renovação e a busca de melhores condições para estes, bem como das futuras gerações que viriam a suceder.

Era muito comum que o Clube promovesse peças teatrais e musicais a respeito do movimento abolicionista, seja descrevendo a vida de seus integrantes, ou até mesmo a luta desenvolvida. Ao promover esse tipo de atividade, além de realizar um grande estudo sobre o passado, os associados buscavam trazer aos menos instruídos, histórias sobre seus antepassados e a luta deles pela liberdade, seja com o intuito de inspirar estes a buscarem os estudos, ou até mesmo para mostrá-los através de simples peças, a importância de todos para a luta em conjunto.

Visando também a valorização da identidade positiva do Clube, os associados fundaram um bloco carnavalesco e desfilaram pelas ruas de Pouso Alegre, carregando todos os ideias e pensamentos do clube em letras que, por vezes, denunciavam as condições pelas quais eram expostos no município e o desamparo diante da ausência de políticas que estimulassem a inserção social.

A participação do Clube 28 de Setembro no Carnaval de Pouso Alegre foi algo inesperadamente positivo. Os noticiários locais, dominados pelas elites conservadores e retrógradas em relação ao Carnaval, afirmavam que o Clube elevou o estado de pureza do feriado e os considerados “bons costumes” eram presentes no bloco. O impacto do bloco carnavalesco foi grande ao ponto de relatarem que as melodias eram bonitas e as fantasias possuíam a beleza do carnaval brasileiro.

Vale mencionar que, a participação do bloco no carnaval do município rendeu ao Clube 28 de Setembro a Taça Carnavalesca, entregue diretamente das mãos do Deputado Federal João Tavares, que estreitou suas relações com o clube através de favores mútuos. O Clube aproveitou a aproximação com o político para exercer suas premissas idealizadas nos anos iniciais, tais como estabeleceu uma relação mais próxima com os governantes locais e reivindicaram suas demandas e, junto prestígio, difundiram ainda mais sobre a região as ideias e pensamentos do Clube.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após observar as atividades e o funcionamento do Clube 28 de Setembro, é possível identificar que o Clube, de fato, exerceu um poder político tremendo responsável pela criação de políticas públicas efetivas e reivindicações que obrigaram a estrutura governamental, dominada pela elite branca local, a fornecer meios e subsídios para possibilitar a ascensão social dos considerados “homens de cor” do município de Pouso Alegre.

É notório que o Clube 28 de Setembro, desde os seus anos iniciais, tinha como premissa a elevação da comunidade negra local, frente ao descontentamento da maioria com as condições pelas quais eles eram expostos, bem como a falta de oportunidade no mercado de trabalho em decorrência das práticas de discriminação indireta e as inúmeras barreiras impostas pela elite.

Nota-se que, ao desenvolver um projeto de educar e instruir seus associados, o Clube 28 de Setembro potencializou uma quebra de padrões e uma ruptura com as estruturas hierárquicas impostas sobre a comunidade negra. Comprometendo-se com a eliminação da alienação, o clube estimulou seus integrantes e toda a comunidade negra local a criar um senso crítico e observar as condições impostas sobre eles, bem como instruíram formas de combater a estrutura dominante e romper com o fardo herdado da escravatura que os

impossibilitou de ter acesso a educação ou de maneiras eficientes de ascender economicamente e, conseqüentemente socialmente, frente a um período em que o status econômico era um fator dominante sobre as classes.

Seguindo pela mesma linha de estudos sobre o ato de educar, nota-se que o Clube 28 de Setembro atuou de forma revolucionária ao estabelecer formas de combate ao preconceito racial através do exercício de poder político. Junto da alfabetização, era possível estabelecer novas formas de destituir as estruturas dominantes adentrando sobre as próprias, em decorrência das políticas públicas reivindicadas e adquiridas em função da comunidade negra. Os diversos escritos, foram essenciais em expor as condições as quais os negros de todas as idades no município de Pouso Alegre tinham de enfrentar e o atraso em relação aos brancos, bem como evidenciar que a ideia de “todos somos iguais perante a lei” não passava de uma utopia e a democracia racial idealizada por teóricos do período era uma falácia.

As atividades culturais exercidas e criadas pelo clube, tiveram um peso enorme a partir do momento que possibilitaram a criação de espaços voltados para a expressão da cultura afrodescendente, rechaçada pela elite conservadora e pela Arquidiocese de Pouso Alegre. A cultura atua de forma simbólica no exercício do poder político, a partir do momento que serve como uma ferramenta única com o escopo de moldar o pensamento de toda uma comunidade e unificar costumes próprios e semelhantes destes.

Ao longo da história, menciona-se o apagamento ideológico proposital que o Clube 28 de Setembro veio a sofrer após o encerramento de suas atividades. O apagamento da história é uma “tática” usada para silenciar as lutas que buscavam romper com as estruturas hierárquicas presentes no período, o Clube 28 de Setembro arcou com tal prática, uma vez que teve parte de suas atas destruídas e registros de suas atividades ocultadas pelos governantes que sucederam seu período de atuação. Entretanto, através do pouco material que restou e os estudos desenvolvidos, é possível compreender as ideias que levaram a criação do clube, bem como os motivos e as condições pelas quais seus fundadores foram expostos e as dificuldades encontradas ao longo de seu funcionamento.

Por fim, insta salientar que, o Clube 28 de Setembro, através do poder político exercido durante os seus anos de funcionamento, permitiu a inúmeros a oportunidade de exercer a cidadania num período marcado pela estratificação social e domínio da elite conservadora sobre as estruturas governamentais. O Clube também foi responsável por ofertar um espaço de inclusão social e medidas de expressão cultural em um período marcado pela intensa marginalização das culturas e a normalidade de práticas racistas com a intenção de oprimir tais grupos.

Concluído este trabalho, cabe mencionar que a presente pesquisa tem a intenção de ser o início de um caminho acadêmico que, já é centro de estudo de historiadores, porém encontra desamparo no âmbito jurídico quando menciona as normas impostas sobre o período. Tal projeto visa o estudo mais aprofundado sobre o efeito das normas vigentes sobre a comunidade negra e como a ausência de políticas públicas efetivas, impactava diretamente nas condições sociais enfrentadas por todos os negros. Cabe ainda dizer que, a ausência de políticas públicas e o estabelecimento de alguns requisitos sociais, impedem o verdadeiro exercício da cidadania e o acesso a idealizada democracia.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DUARTE, Evandro Piza; SÁ, Gabriella Barreto de; QUEIROZ, Marcos (Orgs). **Cultura jurídica e Atlântico negro: história e memória constitucional**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

GONZALEZ, Lélia. HOSENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

MAR CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. *In* José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de Direito Antidiscriminatório**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

RAWLS, John. **Justiça como Equidade: uma reformulação**. São Paulo: Maritins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Jonatas. **Clubes negros em Minas Gerais: redes, sociabilidades e projetos políticos**. In: ESCOBAR, Giane Vargas; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Clubes Sociais Negros no Brasil**. São Paulo: Dandara Editora, 2023 (no prelo).

RIBEIRO, Jonatas Roque. **Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade, e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)**. Campinas: [s.n.], 2016.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **O Clube 28 de Setembro: sociabilidade e resistência da cultura afrodescendente em Pouso Alegre/MG**. Pouso Alegre: Universidade Vale do Sapucaí, 2013.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

**Contatos:** [joapedroludovico@gmail.com](mailto:joapedroludovico@gmail.com) e [bruno.lorencini@mackenzie.br](mailto:bruno.lorencini@mackenzie.br)